

ings of the era might be beneficial, as it would provide an explanation to a number of the observed Jesuit practises. This way the actors of the ideology could be argued separately from the philosophies, creating the opportunity for a more objective discussion to take place.

All in all, *Assembling the Tropics* is an excellent choice of reading for those

who wish to discover the roots of modern science and medicine from a versatile multi-perspective approach that, apart from providing an insightful overview of the Portuguese empire's historical background, accounts for a number of significant revelations on various other disciplinary grounds as well.

BRITES, JOANA; CORREIA, LUÍS MIGUEL, COORD. (2020). *OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO*. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 426 P., IL. ISBN DIGITAL 978-989-26-1894-4.

PAULO ALMEIDA*

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2018 reuniram-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra mais de 20 investigadores portugueses, fundamentalmente historiadores de Arquitetura e historiadores de Arte, no colóquio *Obras Públicas no Estado Novo*, organizado por Joana Brites e Luís Miguel Correia. O orador principal foi o historiador inglês Roger Griffin, estudioso dos fascismos do período entreguerras. Na qualidade de moderadores do debate participaram Luís Reis Torgal, Sérgio Fernandez, Alexandre Alves Costa e José António Bandeirinha. A reunião das comunicações apresentadas chega agora no volume homónimo e em versão digital, de acesso livre.

Os coordenadores de *Obras Públicas no Estado Novo* pretenderam apresentar um quadro de leitura mais completo e complexo do regime de Salazar, oportunidade para uma reflexão sobre os diferentes modos de pensar e caracterizar o fenómeno.

Escrevem na introdução que, na impossibilidade de consensos, procuraram congregar diferentes perspetivas da historiografia nacional sobre conceitos e problemáticas a partir dos quais se tem desenvolvido a interpretação do legado material das obras públicas. Propõem um ponto de situação, parcelar e provisório, quanto ao conhecimento sobre os múltiplos programas de obras públicas, e uma reflexão interdisciplinar sobre a temática, aberta a reapreciações críticas e diversidade epistemológica (p. 12).

Tanto o colóquio como a sua edição em livro ficam marcados pelo quadro conceptual proposto na comunicação inaugural de Roger Griffin, «*Rooted modernism*»: *The ethos of public works in the «fascist era»*, ao introduzir as temáticas que vem abordando há mais de duas décadas, o fascismo comparado, o parafascismo, o mito palingenético, que está na origem dos fascismos do período entreguerras, e o «modernismo enraizado», que justifica o

* CITCEM. Email: apontamento@gmail.com. DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/13r2>.

hibridismo na arquitetura dos estados fascistas. Griffin faz uma panorâmica historiográfica dos fascismos comparados no período entreguerras pouco lisonjeira para os historiadores que não partilham da sua visão sobre o fenómeno.

A comunicação do historiador inglês assenta em dois axiomas. O primeiro, o Estado Novo não é um regime fascista, esse lugar está reservado à Itália de Mussolini e à Alemanha de Hitler, os únicos estados que desenvolveram uma revolução conservadora, que exigia uma transformação sociocultural radical da nação, liderada pelo Estado, para salvaguardar os valores nacionais considerados eternos, mas que foram supostamente minados e erodidos pelo desenraizamento e por forças desencantadoras da modernidade (p. 20), a saber, o demoliberalismo e o bolchevismo. O regime de Salazar é, portanto, um regime parafascista; compartilha elementos externos ao fascismo, como o culto do líder, paramilitarismo, autoritarismo, «religião política», organizações de juventude e massa, economia centralizada e corporativista, mas não persegue objetivos totalitários revolucionários.

O outro axioma proposto por Griffin é o de que o fascismo entreguerras e os regimes parafascistas não são anticultura, pelo contrário, têm a esfera cultural como central para o projeto de salvar a nação da desintegração e colapso. Seriam estados *modernistas* com uma intensa atividade sociocultural na improvisação e experimentação estética, procurando encontrar uma forma de modernismo apropriado para as suas tradições, conjugadas com o carácter de um país moderno. O exemplo apontado por Griffin é o Complexo Universitário de Coimbra e o edifício da Faculdade de Letras, com as suas estátuas de figuras míticas, num estilo fiel à estética do

«modernismo enraizado», articulado com a temporalidade dual do «classicismo despojado» (*stripped classicism*), corporizado na cabeça de Jano. Todavia, é a escala do complexo universitário, um projeto estatal de inovação arquitectónica e urbanística, resultante da destruição da cidade antiga, que torna o território num espaço emblemático moderno e modernista (p. 37).

A obra prossegue com Ana Tostões, que propõe uma reflexão sobre *A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo*, abordando a problemática dos estilos na relação entre o arquiteto e o encomendador. Abrange toda a duração do período político, propondo uma periodização de acordo com a clarificação do processo de afirmação de linguagem, formas e imagens.

Luís Miguel Correia, em *Monumentos num País de Conto de Fadas*, apresenta uma visão da atuação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que espelha um plano de domesticação do território de forma a satisfazer os princípios instituídos pelo regime.

Margarida Acciaiuoli, em *A exposição dos 15 anos de Obras Públicas: Arquitectura e propaganda*, releva a importância da mostra, que decorreu em 1948, em simultâneo com o I Congresso Nacional de Arquitectura e o II Congresso Nacional de Engenharia.

Por seu turno, Nuno Rosmaninho escreve, em *A ordem identitária das Obras Públicas — Ideias sobre a liberdade e o Estado*, sobre o difícil, senão incompatível, equilíbrio entre a expressão individual do artista e o Estado autoritário, que defende valores patrióticos oitocentistas e ao mesmo tempo *o moderno*.

Ricardo Costa Agarez, em *Obras Públicas e «Melhoramentos» Locais: Entre Lisboa e o País (real)*, analisa a atuação da Direção Geral dos Serviços de Urbanização do

Ministério das Obras Públicas na Província do Algarve e o seu relacionamento institucional com os poderes locais, concluindo pela existência de redes de decisão alternativas que, em parte, contrariam a ideia de centralização governativa absoluta.

Fátima Fernandes, em *A poética da austeridade*, regressa às barragens hidroelétricas do Douro, nomeadamente Picote, Miranda e Bemposta, que já tinha investigado com Michele Cannatà (*Moderno escondido*, Porto: FAUP, 1997).

José Cabral Dias apresenta *Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto dos Planos Gerais de Urbanização*, onde analisa a evolução do pensamento dos urbanistas portugueses, entre 1930 e 1960.

Gonçalo Canto Moniz e António M. Rochette Cordeiro, em *A Educação e a rede de equipamentos escolares do Estado Novo*, abordam o aspeto da construção sistemática, identificando quatro fases de planeamento e edificação da rede escolar, em contraste com o fraco impacto na erradicação do analfabetismo e na escolarização da população em todos os níveis de ensino, o que denota uma concepção elitista da Educação.

Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva apresentam o artigo *Política e arquitetura habitacional: Um mapa da intervenção do Estado na Habitação*, escrito a partir do projeto *Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal, entre 1910 e 1974* (2016-2019). Também os autores notam as limitações da intervenção do Estado neste setor, dadas as carências verificadas na transição do regime, não obstante o investimento sistemático no setor da habitação, a evolução da indústria da construção e a crescente reflexão teórica nesta área.

Joana Brites apresenta *Do caixote à Caixa: Filiais e agências do banco do Estado (1929-1970)*, temática que tem vindo a aprofundar desde 2008. A autora caracteriza o papel do banco do Estado, o processo de construções, incluindo os mecanismos de decisão na diferenciação entre filiais e agências, funcionalidade do espaço e opções estéticas.

Por seu turno, Carlos Bártoolo analisa, em *Função, forma e fantasia: o Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952*, as condições e exigências da estratégia do regime na obtenção de um discurso político na arquitetura. Um dos exemplos paradigmáticos analisado é o do *Palácio dos Correios*, em Lisboa.

Susana Constantino e Susana Lobo, em *Cultura e lazer: o «tempo livre» no Estado Novo*, explicam como o regime desenvolveu estratégias, parcas na realização e alcance e sobretudo urbanas, para refletir essa nova mundividência, acentuada na década de 30 e solidificada na Europa do pós-guerra.

João Luís Marques e João Alves da Cunha propõem uma reflexão sobre o debate da estética religiosa em «*Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa*»: *A participação do Estado na produção de arquitetura religiosa (1940-1960)*, destacando o papel do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, iniciado em 1953.

Finalmente, Ana Vaz Milheiro apresenta uma panorâmica da intervenção do regime nas colónias, em *África colonial: Arquitetura e infraestruturas nos últimos anos do Estado Novo*. O artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *Coast to coast — Late portuguese infrastructural development in Continental Africa (Angola and Mozambique): Critical and historical analysis and postcolonial assessment* (2016-2019).

Obras Públicas no Estado Novo cobre um vasto leque de realizações desenvolvidas durante o regime autoritário português, em grande parte centradas no período entreguerras, quando mais se fez sentir o impulso fascista na afirmação do novo Estado, interna e externamente. Um esforço considerável, decorrente do colóquio homónimo de 2018, que, ainda assim, não cobre a totalidade dos programas de renovação urbanística desenvolvidos pelo regime (estabelecimentos prisionais, Forças Armadas, serviços aduaneiros, florestais e agrícolas, edifícios hospitalares), como também não abrange o papel da Engenharia e dos engenheiros nesse quadro de renovação. Essas lacunas, em parte, refletem o estado da investigação que vai sendo possível realizar em Portugal neste âmbito, como também reconhecem os coordenadores da obra. Deixa, no entanto, variadas pistas de investigação

e leques temáticos na compreensão do regime, através de um extenso conjunto bibliográfico de enorme importância, agora reunido num único volume. O enquadramento conceptual proposto, neste caso através da participação de Roger Griffin, embora limitado temporalmente e, por isso, incapaz de abranger a longevidade e diversidade do regime português, abre caminhos ainda pouco explorados pela historiografia contemporânea. De resto, algumas dessas limitações tornaram-se evidentes durante o colóquio, onde a discussão sobre as Obras Públicas do Estado Novo oscilou entre a exaltação e a contemporização, muito pela ausência das vertentes social e económica da História. Todavia, esses dilemas não transparecem na obra, que se apresenta como uma sólida visão de conjunto, necessariamente parcial, sobre a temática.

«A EDUCAÇÃO NÃO É NEM ORIENTAL NEM OCIDENTAL. A EDUCAÇÃO É A EDUCAÇÃO E É O DIREITO DE CADA SER HUMANO». ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, JULHO DE 2013. MALALA YOUSAFZAI

DANIELE S. LIZIER*

Esse relato é sobre uma experiência que tive durante um evento de voluntariado com refugiados sírios e paquistaneses que chegaram ao Brasil no ano de 2017. Dos mais de 22 milhões de refugiados no mundo, mais de cinco milhões vieram da Síria. No Brasil, eles são 35% dos mais de cinco mil refugiados reconhecidos no país, conforme a Convenção de 1951 e a Lei 9474/1997. Existem ONG que recebem essas pessoas

em um processo de acolhimento e adaptação no nosso país. Coincidentemente, eu tenho uma amiga que realizava um trabalho de Acupuntura Humanitária em parceria com uma dessas ONG.

Durante um chá da tarde, enquanto conversávamos a respeito de Acupuntura e histórias de guerra, ela me convidou para participar como voluntária em um evento da Acupuntura Humanitária. Ainda não

* Fisioterapeuta Acupunturista, doutoranda no Setor de Neuro-Humanidades da Disciplina de Neurologia da EPM-Unifesp, Brasil. Email: danieletatianefisio@hotmail.com.